

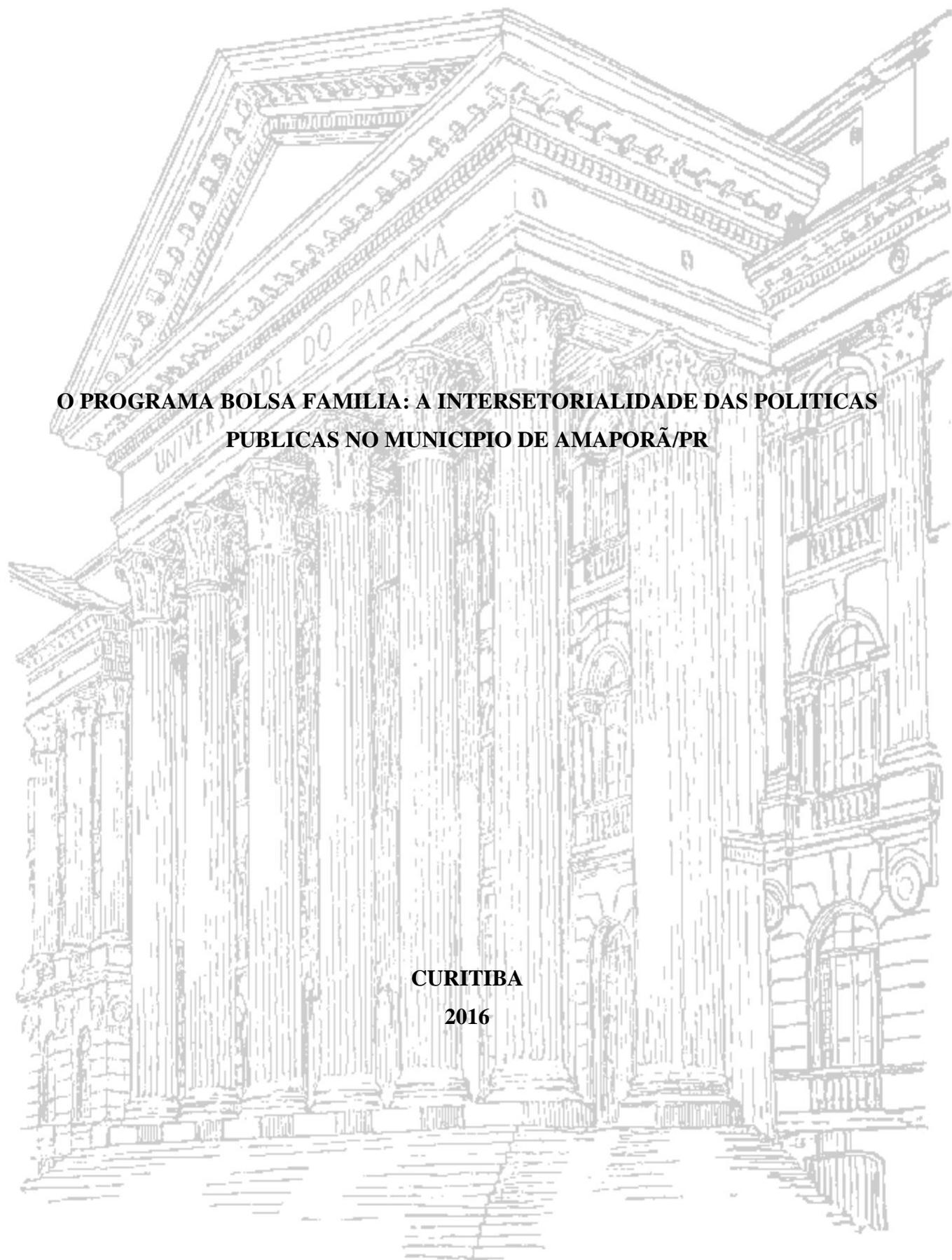
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VALDIRENE MIRANDA DE OLIVEIRA SANDRE

**O PROGRAMA BOLSA FAMILIA: A INTERSETORIALIDADE DAS POLITICAS
PUBLICAS NO MUNICIPIO DE AMAPORÃ/PR**

CURITIBA

2016



VALDIRENE MIRANDA DE OLIVEIRA SANDRE

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. M^a. Sandra Márcia Duarte

CURITIBA

2016

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE AMAPORÁ/PR

VALDIRENE MIRANDA DE OLIVEIRA SANDRE

RESUMO

Este artigo analisa a intersectorialidade na gestão do Programa Bolsa Família – PBF, a pesquisa foi realizada no município de Amaporã/PR. o estudo buscou compreender como se materializa a intersectorialidade nas ações complementares de acompanhamento das condicionalidades do programa que são vinculadas a um conjunto de ações nas áreas de saúde, educação e assistência social, privilegiando identificar o papel da escola na efetivação do trabalho intersectorial implicando assim a efetividade do Programa Bolsa Família – PBF. A metodologia utilizada pautou-se na abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e documental realizada junto aos principais sujeitos envolvidos com a gestão do PBF no município: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência social. Os resultados do estudo identificaram que a intersectorialidade necessita ainda um longo caminho a percorrer para que se tenham resultados positivos, tanto no campo da gestão do PBF, quanto nas práticas cotidianas das políticas envolvidas. Há a necessidade de avançar na definição de mecanismos de gestão intersectoriais que propiciem o rompimento com a dicotomia, sendo essa um entrave que impossibilita uma maior articulação no nível da gestão que subsidiem práticas integradas no enfrentamento da pobreza e da desigualdade pela via da melhoria na escolaridade. Nota-se a ausência de um plano de ação intersectorial que decorra na totalidade dos sujeitos e do município. Trata-se de um desafio, cuja superação requer o envolvimento de gestores, profissionais e usuários na construção de uma gestão democrática e comprometida, ao mesmo tempo em que desenvolve um debate contemporâneo que rompa com a subalternização dos sujeitos reconhecendo sua cidadania plena.

Palavras-chave: 1.Educação. 2. Pobreza. 3. Programa Bolsa Família. 4. Intersetorialidade.

1. INTRODUÇÃO

Desde a consolidação do programa bolsa família (PBF), instalou-se um amplo debate acerca de seu potencial para reduzir a pobreza e promover queda na desigualdade social existente no Brasil.

A luz de Yasbek, a pobreza é compreendida como expressão direta das relações sociais, porém não se resume apenas as privações materiais, mas, também reforça pelo o não

acesso ou a precariedade de acesso aos serviços públicos, bem como a inexistência de direitos sociais básicos.

A temática sobre educação, pobreza e desigualdade tem sido objeto de preocupação e discussão constante no campo teórico-conceitual e de intervenção social dentro do contexto das políticas públicas brasileiras.

Esse processo vem alterando as ações de enfrentamento da pobreza e desigualdade social, formalizando na agenda de debates sobre a matricialidade sociofamiliar no centro de políticas públicas que enfatizam a garantia de direitos e na construção da cidadania ativa.

Tendo como parâmetros os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, dentre eles o direito à educação, preconizados na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), aonde estabelece que a educação dever da família, da sociedade e do Estado, prima para o pleno desenvolvimento humano desse público alvo, trata-se aqui da construção de parâmetros avaliativos das políticas sociais existentes que centram na educação e no trabalho educativo.

Para (Yasbek, 2012) a trajetória de políticas sociais que vem sendo desenvolvidas com o intuito de enfrentamento da pobreza no Brasil com destaque aos programas de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família (PBF), implantado com o objetivo principal promover o alívio imediato de situação de pobreza.

Desse modo deve se chamar a atenção de que o Estado e a família assumam suas responsabilidades no sentido de que o primeiro propicie a oferta de vagas, e aos pais e responsáveis não apenas o papel de matricular seus filhos, mas também assegurar a sua frequência nas aulas, e a participação no processo efetiva nas ações complementares, contribuindo para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza e extrema pobreza.

A intersetorialidade aparece no presente debate como ações que devem primar pelo planejamento compartilhado, e estar fundada num sistema de redes, em nível horizontal, trata-

se de ações que possibilite diferentes abordagens e serviços, viabilizando a aproximação de ações conjuntas e integradas, respeitando as especificidades de todos os sujeitos políticos.

Sobretudo, elevar os níveis de escolaridade dos beneficiários para interromper o chamado ciclo da pobreza entre as gerações, o texto faz uma reflexão sobre a participação das famílias no programa analisando e discutindo a função da escola nas ações intersetoriais numa proposta de construção do aparato teórico.

Deste modo este artigo tem como objetivo analisar quais as contribuições da escola pública do município de Amaporã/PR, na efetivação do trabalho intersetorial para o alcance dos objetivos do PBF, elucidando sua participação nas ações complementares desenvolvidas pela escola pública de Amaporã/PR, na perspectiva de erradicar a pobreza minimizar a desigualdade.

Neste sentido, o artigo está estruturado em partes que dão ênfase ao PBF, seus desafios no trabalho intersetorial, destacando o município de Amaporã/PR, identificando concepção e conceitos em torno da intersetorialidade expressando institucionalmente princípios norteadores das ações complementares do PBF, elucidando o papel da escola para além do mero acompanhamento das condicionalidades, visando através da integração e trocas de saberes entre as políticas setoriais vinculadas ao PBF, de forma a deixar explícito estrutura social brasileira marcada por enormes desigualdades definindo a partir das demandas supracitadas apontar considerações relevantes ao tema pesquisado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Observa-se atualmente um amadurecimento em relação à temática educacional, chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que visem promover o pobreza e desigualdade e a necessidade de ações conjugadas para o seu enfrentamento.

Assim a escola atende as formas de enfrentamento da subalternização dos sujeitos sua organização parte da premissa de transmissão de conhecimentos que respeitem os direitos e a diversidade dos educandos, suas vivencias cotidianas e sua realidade, ao mesmo tempo produz e reproduz formas de desigualdades existentes na sociedade, bem como a subalternização dos sujeitos, através de mecanismos burocrático expressos nos sistemas escolares, e a consolidação de políticas públicas focalizada. (ARROYO, 1996, BOURDIEU, 1998)

“Alguns autores concordam que a pobreza não pode ser medida exclusivamente com base em dados de renda, uma vez que a pobreza é um fenômeno multidimensional, trata-se da expressão direta das relações sociais, que não se reduz apenas a privações materiais” é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YAZBEK, 2009, MARTINS, 1991).

Uma das estratégias de enfrentamento da pobreza passa a ser alvo de novas abordagens. O combate à fome e à miséria, expresso no Programa Bolsa Família, o que significou um importante passo na busca de articulação do sistema protetivo no país.

O programa representa um mecanismo de alívio da pobreza para famílias pobres e extremamente pobres, que podem utilizar os recursos para adquirir mais alimentos, no entanto o critério de elegibilidade do PBF não considera a dimensão multidimensional da pobreza e estabelece uma renda per capita familiar bastante baixa, não abrangendo famílias que enfrentam dificuldades, observa que o valor baixo do benefício é insuficiente para produzir impactos positivos para ultrapassagem da linha de pobreza. (YASBEK, 2012, SILVA E SILVA 2007)

Alguns defensores da transferência condicionada de renda, as condicionalidades ressaltam que ações condicionadas que garantem o acesso aos direitos sociais, tem contribuindo para quebra do ciclo da pobreza, entretanto, os opositores consideram que estas ferem “o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso a um programa social quando este é necessário para sua sobrevivência (YASBEK, 2012, SILVA, 2006)”,

Os modelos de gestão atuais nas políticas sociais têm se esforçado no sentido de atuarem de forma integrada e inclusiva, a intersetorialidade é calcada na possibilidade de criar um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, constitui uma concepção que deve formar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. (PEREIRA, 2010, JUNQUEIRA, 2004)

3. O Programa Bolsa Família (PBF): Contextualizando as ações existentes no município de Amaporã /PR

No Brasil uma das principais causas da desigualdade social está demarcada pela baixa ou ausência de renda, gerando a pobreza e a extrema pobreza, se tornando a maior forma de desigualdade existente.

(...) em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais, não só favorece na acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação. (...) (YASBEK, 2009, p.20)

Dessa forma pode se afirmar que no caso do Brasil a pobreza se expressa diretamente nas relações vigentes na sociedade, onde se produz e reproduz a pobreza tanto no plano econômico como no plano político, momento em que os múltiplos mecanismos se constroem, com o intuito de fixar os “pobres” em seu lugar na sociedade.

As primeiras experiências com programas de transferência de renda no Brasil precederam os programas do Governo Federal e ocorreram inicialmente apenas em algumas localidades. Os primeiros municípios brasileiros a serem implantados foram: Campinas (SP) e de Ribeirão Preto (SP), estavam mais assentadas na filosofia de garantia de uma Renda Básica de Cidadania (RBC), a qual se constitui, segundo seus principais defensores, em um dos caminhos mais eficientes para se erradicar a pobreza.

Assim, começaram a funcionar em 2001, ainda no Governo FHC, os programas: Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação, o Bolsa Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde, e o Auxílio Gás, vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Os dois primeiros programas tinham as seguintes contrapartidas: crianças entre 6 a 15 anos deviam ter frequência mínima de 85% nas escolas, manterem as vacinações atualizadas, e as mães deviam frequentar os postos de saúde fazendo todos os exames e tratamentos necessários.

No início do Governo Lula, março de 2003, foi criado no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome, o Cartão Alimentação, que correspondia ao programa cupom de alimentos na versão original do Programa Fome Zero (PFZ), também com o objetivo de transferir renda para parcelas da população que se encontrava em estado de insegurança alimentar e nutricional. Com isso, no final de 2003, a gestão desse conjunto de programas de transferência de renda estava caótica, uma vez que não havia coordenação política entre os diferentes órgãos governamentais e a comunicação entre os programas praticamente
inexistia.

Visando superar esses problemas, em 20 de outubro de 2003, foi criado o pela medida provisória n. 132 e legitimado pela Lei nº 10.836/2004 de 09 de janeiro de 2004 e pelo decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004 o programa Bolsa Família, com o objetivo de unificar todos os programas sociais de transferência de renda já existentes anteriormente (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), e atribuindo a transferência de renda visando garantir o acesso aos direitos sociais básicos às famílias brasileiras de baixa renda.

Com a tese de que unificação do programa iria proporcionar maior agilidade ao processo de liberação mensal dos recursos financeiros às famílias necessitadas, bem como reduzir os entraves burocráticos e facilitar o sistema de controle de recursos visando aumentar sua transparência junto à sociedade.

A inserção das famílias no PBF acarreta exigências, denominadas condicionalidades, que são contrapartidas a serem cumpridas pelas famílias nas áreas da saúde, educação e assistência social, para garantir o recebimento mensal do benefício na busca da superação direta da pobreza através da focalização das transferências monetárias decorrentes das ações governamentais.

A luz de Silva (2008, p. 40)

“À unificação deve possibilitar além da focalização do enfrentamento da fome e pobreza no Brasil, mas também propiciar desenvolver sistematicamente um processo de monitoramento e avaliação do programa e de vida das famílias beneficiárias”

O Programa Bolsa Família (PBF) integra o Plano Brasil Sem Miséria, seu público alvo é atender famílias com mensal de até R\$ 85,00 per capita (por pessoa), Famílias com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 per capita (por pessoa), que possuam em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes com idade entre zero e 16 anos incompletos, e famílias com renda mensal de zero a R\$ 170,00 por pessoa, que possuam em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos.

Desse modo, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades educacionais, a condicionalidade de educação se organiza em uma rotina complexa que se assenta por meio da participação efetiva dos entes federados e da articulação entre as políticas públicas.

Ao descumprirem esses compromissos as famílias recebem algumas sanções que interferem no recebimento financeiro, nesse momento se torna relevante a rede de trabalho sobre os descumprimentos são ações complementares que devem superar apenas a discussão

dos objetivos do programa em si, as ações devem subsidiar o acompanhamento por outras políticas públicas, de forma a reduzir as vulnerabilidades identificadas.

Essa mobilização “cobra” da escola, das famílias e do próprio poder público, bimestralmente, quem está ou não frequentando as aulas e, caso não esteja, quais os motivos. Com isso, produz-se uma mobilização/preocupação pelo acompanhamento individual de cada beneficiário/aluno. A mobilização é pelo não abandono, é pela persistência e permanência na escola.

Dessa forma o PBF um dos principais programas de transferência de renda implantado no Brasil como política intersetorial, constitui uma estratégia do Fome Zero que possui como principais objetivos:

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio de transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- b) “Promover a inclusão social, contribuindo para emancipação das famílias beneficiárias, constituindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram” (MDS, 2006).

Descumprimento Chama a atenção para a necessidade de um espaço de discussão da gestão das condicionalidades de maior amplitude, envolvendo todas as áreas vinculadas ao PBF, com vistas a elucidar sobre as funções específicas de cada órgão da rede, estabelecendo um fluxo eficaz de comunicação e encaminhamentos através de instrumentais técnico operacionais de referência e contra referência de forma a possibilitar uma ação intersetorial de forma somar esforços para a resolução de descumprimento das condicionalidades

Realizada essa breve apresentação do quadro institucional do Programa, passamos a conhecer a realidade em que se insere, buscando analisar esse processo a presente pesquisa destacando quais as contribuições da escola, será na efetivação do trabalho intersetorial, serão apresentadas algumas considerações gerais sobre o município de Amaporã/PR, sendo esse o município escolhido como lócus da pesquisa.

O município de Amaporã/PR possui, aproximadamente, 5.443 habitantes em uma área territorial de 384,735 Km², sendo considerado, assim, de pequeno porte. Localizado na região noroeste do Estado do Paraná, caracteriza-se, principalmente, pela atividade agropecuária.

Conforme os registros de outubro de 2016, do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de novembro de 2016, o município conta com 3.484 famílias cadastradas no Cadastro Único e 431 famílias beneficiárias do PBF (12,58% do total de cadastrados). Fonte

(Cadastro Único, Secretaria municipal de Assistência Social – SMAS de Amaporã, acesso em 26/10/2016)

Os equipamentos e serviços públicos prestados por um município comprovam os indicadores da qualidade de vida das pessoas. Os principais equipamentos e serviços do município de Amaporã relacionados à educação, saúde e assistência social estão descritos a seguir:

Ao lado dos índices apresentados anteriormente em relação ao emprego e renda da população, outra dimensão da desigualdade social está bastante associada às condições de acesso ao sistema de ensino público em escolas estaduais e municipais e também, às creches. Com relação ao número de estabelecimentos de ensino, segundo os dados do censo escolar de 2015, existem em Amaporã 03 estabelecimentos que ofertam várias modalidades de ensino, destas, 01 é estadual, 02 são municipais. Existe no município 01 centros municipais de educação infantil, sendo este localizado na área central, que atendem 47 crianças de 6 meses a 5 anos.

Neste sentido, a taxa de frequência à escola ou creche por faixas etárias, que indica a proporção de crianças de cada grupo de idade que está efetivamente frequentando escola ou creche, tem importância particular ao sinalizar não apenas a abrangência da rede pública de ensino, mas também a possibilidade de acesso ao sistema escolar por essa população.

Além do Programa Bolsa Família vinculado à educação, o setor conta ainda com: Programa Brasil Carinhoso “voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas”, consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil”. (FNDE, 2016)

Recentemente o município aderiu ao Programa Mais Educação, criado pela Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa Mais Educação, visando fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar, que será implantado no próximo ano eletivo.

No tempo em que vivemos, o esforço para uma proposição escolar em tempo ampliado, em uma perspectiva de formação humana integral, alinha-se aos esforços para empoderar a população em termos de acesso aos bens da cultura e aos bens materiais que permitam a construção de contextos dignos para a organização e o desenvolvimento da vida. “Tempos-espacos de um justo e digno viver”. (Arroyo,2009 p.87)

Programa BPC na Escola trata-se de um programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, que recebem o benefício de prestação continuada da Assistência Social, seu objetivo a promoção da elevação da qualidade de vida e da dignidade das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o acesso e a permanência na escola, bem como o acompanhamento de seus estudos por meio da articulação intersetorial e da gestão compartilhada nas três esferas de governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos.

Amaporã conta com 01 hospital municipal 04 médicos, 04 enfermeiros, 8 técnicos de enfermagem, 01 farmacêutico, 08 serviços gerais, 02 unidades básicas de saúde, no total, que possuem 04 médicos, 02 enfermeiros, 07 técnico de enfermagem, 02 farmacêuticos, 2 equipes do programa Saúde da Família - PSF, 3 equipes do Programa Agente Comunitário Saúde- ACS totalizando 13 agentes, além de 5 atendentes gerais, estas unidades atendem toda a população do município e realizam uma média de 2.427 atendimentos por ano. O perfil da saúde de uma população reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo no qual está inserida, mas também resulta do padrão demográfico que a caracteriza.

A política de saúde conta com o PBF, programa de atenção a gestante e nutriz, acompanhamento da agenda de vacinas de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, os dados relacionados aos atendimentos de forma geral fornecem elementos de suma importância no conhecimento dos níveis e padrões de saúde da população, ao mesmo tempo em que proporcionam subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde no município.

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS é a responsável pelo planejamento e execução da Política Nacional de Assistência Social, cabendo a ela atualizar o diagnóstico social e análise do setor, sistematizando formas de intervenção na questão social. Atualmente são desenvolvidos alguns projetos nas áreas de atendimento à criança e ao adolescente, à família, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, conforme previsto na legislação vigente.

A assistência social conta com 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e a secretaria responsável pela gestão, que realizam 1.600 atendimentos por ano.

A assistência social conta com alguns programas e projetos de proteção social básica, sendo esse em sua maioria condicionada a algumas condicionalidades da educação, saúde e assistência social, os mesmos devem ser realizados trabalho social com as famílias beneficiária intersetoriais: Programa Bolsa Família (PBF); Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa Leite das Crianças; Programa Família Paranaense; Luz Fraterna; Tarifa Social;

Que os programas acima mencionados devem possuir uma conexão entre as políticas, assegurar o trabalho articulado entre instituições responsáveis pela oferta e execução dos serviços.

Percebe-se que a integração entre as políticas públicas é um imperativo para a materialização dos direitos sociais. Neste quadro, o tema da intersetorialidade tem se apresentado como uma das alternativas, ao lado das estratégias de constituição de redes de políticas públicas, essas práticas integradas, visam uma ação pública efetiva condizente com os objetivos do PBF.

As experiências de administrações municipais optam por um desenho de governo pautado na intersetorialidade, requer relevância das reflexões sobre o tema.

4. A intersetorialidade no Programa Bolsa Família (PBF): A experiência do município de Amaporã - PR

O processo de construção da intersetorialidade no acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família no município de Amaporã segue os compromissos condicionados aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

No que se refere à escolarização tem como objetivo principal reforçar o acesso à educação e manutenção de crianças e adolescentes na escola, no caso da saúde realizar o acompanhamento integral de crianças adolescentes, mulheres, gestantes e nutriz, já no que condiz a assistência social os acompanhamentos seguem o patamar da inclusão em serviços, programas e projetos, o acompanhamento da família por meio da atualização cadastral, através de ofertas desses na eficácia da promoção do protagonismo.

Seguindo o que foi proposto se torna imprescindível refletir sobre a intersetorialidade, nesse processo que está em constante movimento na sociedade contemporânea,

Ao mesmo tempo em que apontamos que o trabalho social com famílias em especial aos beneficiários do PBF tenciona sua inclusão nos processos democráticos de cidadania, reafirmando o fator intersetorial em ganhos consideráveis aos beneficiários.

Ao atender um público cuja vulnerabilidade se vincula predominantemente a pobreza, o acesso às políticas públicas e ao acompanhamento de condicionalidades, o PBF não apenas inova, mas igualmente provoca uma tensa discussão no âmbito das políticas e a interserialidade no plano municipal.

Nesse sentido transcende o caráter específico de cada política, todas devem privilegiar a contribuição das ações complementares desenvolvidas em parceria com políticas e programas distintos, tendo na escola um espaço de participação dos beneficiários do PBF, balizadas pelo trabalho social com os seus beneficiários de forma compartilhada, obtendo resultados positivos na melhoria da elevação da escolaridade, aumento nas matrículas e frequência escolar. (MDS, 2014, p.12)

Couto (2011, p 40) ao discutir as respostas políticas relacionadas à questão da intersetorialidade coloca que:

“Essa supõe vontade e decisão políticas dos agentes públicos, e tem como ponto de partida o respeito à diversidade e as particularidades de cada setor, que não deveria se sobrepor, contudo, aos processos pactuados entre as políticas setoriais no espaço institucional”.

Para melhor compreender as formas como os programas sociais podem ser capazes de gerar transformações sociais e impactar na renda, na melhoria educacional e de saúde dos beneficiários, cumprindo as responsabilidades condicionadas no PBF, é necessário entender o papel de cada sujeito, suas visões com relação ao programa, sua compreensão dos benefícios.

No entanto trabalhar com famílias em situação de vulnerabilidade social vai além da intersetorialidade por si só, devemos primar que o trabalho deve ser realizado através de abordagens que propiciem o apoio, e o fortalecimento atribuindo uma postura socioeducativa as políticas setoriais comprometidas em articular a efetivação dos direitos de cidadania aos sujeitos sociais.

Não é nosso foco contextualizar e esses conceitos, porém, é válido que os sujeitos que representam as políticas setoriais, passem a compreender esses conceitos, para que o trabalho social com os beneficiários do PBF seja realizado de forma a permitir romper com a subalternização dos indivíduos.

Nesse contexto, o acompanhamento da saúde, vem de encontro com essa perspectiva, proporciona o acompanhamento do pré-natal das gestantes, junto às informações fornecidas às

nutrizes sobre a importância do aleitamento materno, contribui para o melhor desenvolvimento do bebê no período gestacional. O acompanhamento do calendário vacinal das crianças menores de 7 anos, bem como as informações relacionadas ao peso e altura e, portanto, do estado nutricional, reforça a prevenção a doenças e a promoção da saúde, ainda na primeira infância.

Reconfigura-se o papel das equipes de atenção básica no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF. O contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde.(BRASIL, 2014, P.18)

Esse processo propicia à política de saúde a oportunidade de priorizar um olhar integral os cuidados da saúde dos beneficiários, permitindo ainda realizar atendimentos e os encaminhamentos de forma continuada à rede socioassistencial.

Partindo do pressuposto de que é necessário construir e programar uma rede e intersetorial de acompanhamento das condicionalidades do PBF, as formas e responsabilidades compartilhadas pelas famílias, condicionam aos beneficiários exercer direitos de cidadania, alinhada à responsabilidade do Estado na oferta políticas públicas, e serviços de qualidades.

No que tange a educação é estabelecido aos beneficiários matricular e incentivar a frequência de seus filhos em idade de 5 a 17 anos de acordo com percentual exigido pelo PBF, porem quanto ao trabalho social com as famílias beneficiarias do programa.

O desafio da participação efetiva da escola e da saúde, a partir da descentralização dos processos de acompanhamento dessas condicionalidades, para viabilizar a sustentabilidade o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, agora Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário MDSA cria a rede de acompanhamento, pois ele agrega representantes das três áreas e das três esferas de governo. Ao propor que “o âmbito da gestão local, no qual foram observados avanços no aprofundamento da intersetorialidade, eles se traduziram em maior articulação entre as áreas, embora na sua maioria elas ainda estejam muito distantes de uma integração mais efetiva. (MDS, 2010, p. 160)

Assim é o ponto inicial em direção às ações complementares articuladas e integradas, entre as políticas de educação, saúde e assistência social, integrando o seu caráter intersetorial articulando uma relação de compartilhada nas três políticas, definindo os papéis e as estratégias que possibilite que o Programa Bolsa Família (PBF), se torne capaz registrar um aumento considerável na diminuição de baixa frequência escolar, evasão escolar, e acompanhamento da saúde.

As condicionalidades do Bolsa Família são compromissos assumidos não somente pelas famílias, mas também pelo poder público nas áreas de saúde e educação. O objetivo essencial das condicionalidades é situar a pauta da desigualdade no acesso aos serviços básicos em nosso país, a fim de que o poder público priorize seus esforços de apoio às famílias quanto à garantia dos direitos de saúde e educação. (MDS BRASIL, 2014, p.18)

No que se refere à Educação, em particular, a contrapartida ao benefício da renda concedida às famílias pelo Programa Bolsa Família (PBF) compreende a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola.

Contudo, além das consequências na esfera da ação pública de ações fragmentadas, a interface entre educação intersetorialidade e PBF devem ser analisadas propiciando esclarecer sobre as bases políticas do sistema de proteção social.

Arroyo (2008, p.56) acentua que a escola tem um papel de suma importância ela deve propiciar aos pais e responsáveis a participação no processo de aprendizagem da criança, estimular o interesse positivo na família para que se tenha um êxito significativo contra a evasão escolar.

Sem excluir a criança da escola, sem culpabilizar a criança ou a família, mas seus esforços devem estar voltados para a descoberta de alternativas realizáveis que reintegram a criança a escola, porém esse processo deve ter a participação conjunta dos sujeitos (pais, comunidade e escola).

Assim, as informações individualizadas do acompanhamento de crianças e adolescentes ao mesmo tempo em que orientam o acompanhamento familiar a partir do descumprimento, também subsidiam a articulação de ações complementares num esforço conjunto de adensar a oferta de serviços básicos e contribuir para redução da pobreza num sentido mais amplo. (BRASIL. 2014, p.48)

A escola passa ser o espaço mais importante para a criança e o adolescente é lá que encontram condições de enriquecimento no campo das relações interpessoais, de desenvolvimento do senso crítico, de consciência da responsabilidade social, do sentimento de solidariedade e de participação, de exercício da criatividade, de manifestação franca e livre do pensamento, de desenvolvimento, em necessário preparo ao pleno exercício da cidadania.

Sendo a escola um espaço democrático de participação, o trabalho conjunto se inicia na busca ativa bem como outras ações complementares, essas devem ser planejadas em sintonia com as demais políticas, de forma que atenda os objetivos do PBF, e que propiciem conhecer a realidade a qual o educando está inserido.

Chama a atenção para a necessidade de um espaço de discussão da gestão das

condicionalidades de maior amplitude, envolvendo todas as áreas vinculadas ao PBF, com vistas a elucidar sobre as funções específicas de cada órgão da rede, estabelecendo um fluxo eficaz de comunicação e encaminhamentos através de instrumentais técnico operacionais de referência e contra referência de forma a possibilitar uma ação intersetorial de forma somar esforços para a resolução de descumprimento das condicionalidades.

A política de Assistência Social, destaca-se que por ser o canal de maior relevância ao PBF, está se insere no âmbito da proteção social não contributiva que devem propiciar ações direcionadas nas proteções afiançadas, como forma de proteges os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento as necessidades individuais ou sociais.

Os serviços ofertados pela política de assistência social devem atender a dois tipos de proteções, sendo a primeira a proteção social básica - PSB que tem por objetivo “prevenir situações de risco através de desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitárias” (PNAS, 2004, p. 27), esta deve ser executada de forma direta no Cras – Centro de Referência da Assistência Social. A segunda e não menos importante trata-se da Proteção social especial – PSE “voltadas para indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes de abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, dentre outras” (PNAS, 2004, p. 32)

Sendo CRAS¹ uma unidade pública do Estado, inserida no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), responsável pela organização bem como a oferta serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizados em áreas de vulnerabilidades e risco social.

O PBF prevê a articulação da transferência monetária com ações complementares, com vistas à superação de vulnerabilidades, à promoção de autonomia e à inclusão social das famílias. O CRAS assume a oferta de serviços voltados para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de ações diversificadas com o público do território, embora o equipamento tenha dificuldades de implementar a participação efetiva dos beneficiários do PBF.

Tendo o Cras a responsabilidade de atualizar o Cadastro Único (CadÚnico), inserir as famílias beneficiárias do PBF, e acompanhar, através doe Programa de atendimento

¹Cras – Centro de Referência da Assistência Social - é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

integral à família (PAIF), nos Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), devendo priorizar pelo trabalho intersetorial, por se tratar do mesmo público atendidos por todas as políticas sociais.

Nesses termos a intersetorialidade deverá se apresentar de forma articulada entre os sujeitos que atuam na área, respeitando suas experiências particulares criando propostas e estratégias conjuntas de intervenções publicam que possibilitem enfrentar problemas complexos impossível de serem equacionados de modo isolado. (COUTO, 2011, p. 40).

A intersetorialidade se torna alvo das discussões e reflexões prioritárias no processo de implementação da política de assistência, essa vai se expressar por palavras que têm sentido similar, como, por exemplo, a interface — conexão —, em que “os serviços de proteção social têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada” (MDS, 2004, p. 31).

Implica considerar a necessidade de um extenso trabalho, atento às complexidades de ações planejadas que apoiem à atenção as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, proporcionando a garantia de direitos e ao pleno exercício da cidadania.

Nessa direção (MDS, 2010, p. 160)

Assim a possibilidade de intersetorialidade nos municípios, que propicie atuação efetiva da rede intersetorial do programa por meio dos comitês gestores intersetoriais do PBF, os quais deverão realizar reuniões periódicas entre as áreas e o planejamento conjunto de ações (visitas domiciliares, ações integradas nas escolas, postos de saúde Cras, além de ações de capacitação das redes das políticas sociais em relação ao PBF). (MDS, 2010, p. 160)

Chama a atenção para a necessidade de um espaço de discussão da gestão das condicionalidades de maior amplitude, envolvendo todas as áreas vinculadas ao PBF, com vistas a elucidar sobre as funções específicas de cada órgão da rede, estabelecendo um fluxo eficaz de comunicação e encaminhamentos através de instrumentais técnico operacionais de referência e contra referência, esse processo pode ser viabilizado pelos comitês gestores intersetoriais.

Nestes termos, o investimento educacional das famílias beneficiaria do Programa Bolsa Família (PBF), devem contribuir para uma maior compreensão dos laços que ligam a população pobre aos outros setores da sociedade, criando oportunidades para a formação de uma nova consciência cidadã.

No Brasil, Monnerat e Souza (2010), ressalta que há poucas publicações sobre a intersetorialidade. A maioria da bibliografia disponível é oriunda das áreas da Administração Pública e da Saúde Coletiva. As áreas da Educação e da Assistência Social têm produção pequena embora à assistência se apresente como intersetorial por princípio e por sua própria natureza dita transversal. (Monnerat e Souza, 2010, p.68)

Neste sentido, os autores destacam que o desafio maior é despertar o interesse de pesquisas e estudos acadêmicos de profissionais que remetam a publicações relevantes sobre a temática da intersetorialidade, o que em algumas áreas como educação e assistência social encontram-se escassas.

Destacando-se, ainda, a necessidade de que essa estrutura contemple contribuir para a integração dos trabalhadores da educação, da assistência social e da saúde nos diferentes níveis da gestão, oportunizando a construção de uma rede de atenção pautada no aprofundamento conceitual, no melhor entendimento dos objetivos do programa e aprimoramento da metodologia de trabalho pelos diversos atores envolvidos na sua execução, superando-se a lógica do mero cumprimento de agendas para fins burocráticos e estatísticos e fortalecendo-se o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação.

A principal condicionalidade que o PBF prevê como objetivo no que condiz a educação é apoiar a inclusão, permanência e progressão escolar de crianças de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Partindo do pressuposto de que o papel da escola nas ações complementares seja mais ativo, a partir do direcionamento de que o programa prevê um alinhamento intersetorial, que propõe dar suporte às famílias em situação de pobreza para que acompanhem e apoiem a trajetória escolar de seus filhos.

Leão (2014) define que:

Para que os beneficiários do PBF agirem como sujeitos de direitos, eles necessitam apropriar de alguns saberes permitindo que desfrutem de liberdades fundamentais, como capacidades de responderem por suas ações enquanto cidadãos. (Leão, 2014, p.85)

Diante desta proposta educacional consistente é que devem emanar as demandas do ensino, porém é um erro pensar alternativas para o enfrentamento de questões sociais a partir do público das escolas públicas, sem que esses recebam conhecimento e saberes que atendam a garantia de direitos.

Assim o papel da escola deve transcender superando-se a lógica do mero cumprimento de agendas para fins burocráticos e estatísticos e fortalecendo-se o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação, apontado a escola como um importante instrumento de mudança na concepção de direito das famílias.

5. METODOLOGIA

Como já foi visto o Programa Bolsa Família se efetiva a partir das alternativas de inclusão e permanência na escola de alunos de seus beneficiários em idade escolar, acompanhamentos familiares na saúde, e da atualização cadastral e participação da família nos serviços ofertados pela assistência social. A construção do instrumento orientou-se pelos objetivos da pesquisa e pelas questões mais gerais propostas para a mesma, inicialmente destacamos o levantamento de dados sobre a realidade das escolas municipais de Amaporã/PR, ações complementares desenvolvidas pelas políticas vinculadas ao programa Bolsa Família (PBF), o trabalho intersetorial realizado por essas políticas na realidade local.

Quanto ao instrumento de pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica “ pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos”, e pesquisa documental “trata-se de utilizar fontes diversas tais como: relatórios, documentos oficiais, entre outros” (FONSECA, 2002, p. 32). Os relatórios retirados dos sistemas de acompanhamento do PBF, Cadastro Único e (SICON e SIBEC), sistema Presença e no Bolsa Família na saúde, acredita-se, que esse processo permitiu que as informações obtidas tivessem maior credibilidade e produzisse um alinhamento eficaz na análise dos dados.

A construção do instrumento orientou-se pelos objetivos da pesquisa e pelas questões mais gerais propostas para a mesma, como: quais as competências de cada política no PBF nas ações complementares? Quais ações intersetoriais estão sendo desenvolvida nessas ações? Dentre os fatores qual o papel da escola nas ações educativas do PBF? No processo de coleta dos dados a fidelidade na análise dos dados seguiu-se os parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade, buscou-se confrontar o material os dados obtidos nos sistemas de acompanhamentos do PBF como referencial teórico da pesquisa, na intenção de possibilitar uma análise adequada e aprofundada, passou-se à ordenação e classificação das informações de acordo com os objetivos do tema proposto.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A realização deste trabalho, tomando como ponto de partida a temática do Programa Bolsa Família (PBF), enfocando a questão da intersetorialidade nas ações complementares e o papel da instituição escolar no processo da gestão das condicionalidades, propiciou a

construção entre teorizações sob diversos autores, tratando os desafios a serem enfrentados para a efetivação, vencendo os desafios na operacionalização do trabalho conjunto entre as áreas vinculadas ao programa.

Como já colocado no corpo do presente texto, temos o objetivo de elucidar as contribuições da escola pública do município de Amaporã/PR, na efetivação do trabalho intersetorial para o alcance dos objetivos do PBF.

Para obtermos êxito optamos para, realizar a pesquisa apenas nas instituições públicas municipais sendo essas: Escola Municipal Cecília Meireles, Escola Municipal Menino Jesus Ensino Infantil e Fundamental e Centro de Educação Infantil Maria de Fátima Rodrigues. Os dados foram obtidos nos sistemas do programa: Escola Municipal Cecília Meireles: atendem 161 crianças do PBF; Escola Municipal Menino Jesus: atendem 61 crianças do PBF; CMEI - Maria de Fátima Rodrigues: 158 crianças em idade 6 meses a 5 anos;

A partir da pesquisa bibliográfica e documental, nos documentos, relatórios, e demais documentos institucionais e nos Sistema presença, PBF na saúde e Cadastro Único, SIBEC e SICON: visualizamos que as escolas participam do PBF apenas na conferência da frequência escolar, que posteriormente devem ser repassadas ao coordenador do PBF esse processo é realizado bimestralmente; a cabe saúde através dos NIS o acompanhamento da vacinação, pré natal e pesagem de crianças e mulheres em idade de 14 a 44 anos é realizado semestralmente e repassado para o coordenador da saúde para que registre no sistema; a assistência social o acompanhamento é realizado no CadÚnico, e nas ações realizadas através do PAIF, SCFV, reuniões de Gestante, programa Leite das Crianças e Família Paraense:

Se a gestão do PBF e das condicionalidades necessitam abordagens intergovernamental e articulação intersetorial eficazes, as ações complementares deverão se situar no enfrentamento da pobreza, porem as mesmas atendem de modo fragmentado e limitado a nível local.

Cabe aqui ressaltar que as ações complementares realizadas no município de Amaporã ocorrem de forma particularizada por cada uma das secretarias, que seguem apenas os calendários de campanhas nacionais,

As reuniões com os beneficiários são realizadas apenas pelo Cras, os temas tratados se restringem apenas a palestras sobre o PBF e os descumprimentos das condicionalidades.

Não são tratados fatores relevantes como informações sobre o PBF e as políticas de saúde e de assistência social e educação, como políticas de direitos universais que propiciem o acesso a informações sobre como os direitos podem possibilitar aos beneficiários a cidadania plena.

Os resultados mais relevantes originados da pesquisa permitiram evidenciar que, não há nenhum esforço de práticas, que se caracteriza como intersetoriais, a quase nula interlocução entre os órgãos envolvidos mostrou que a maior dificuldade segue obstaculizadas pela falta de conhecimento dos objetivos do PBF, que propicia a limitação da intervenção no âmbito das políticas públicas relacionadas ao programa.

Para finalizar a análise é importante enfatizar que o estudo ora apresentado representa um esforço de entendimento sobre os fundamentos de um programa de combate à pobreza e de aspectos relacionados à sua operacionalização em nível local por todos os sujeitos envolvidos na gestão do programa.

O PBF, enquanto estratégias intersetoriais e intergovernamentais de enfrentamento da pobreza encontra-se em fase de consolidação. Nesse contexto torna-se necessárias novas formas de gestão e de responsabilidades compartilhadas as possibilidades de participação da instituição escolar nos processos, e o reconhecimento de uma política de educacional necessita atender desafios contemporâneos intersetorialidade transcende vontades individuais ela aponta para necessidades coletivas em que áreas, setores e órgãos distintos, possuem capacidades de contribuir com a qualificação da educação pública brasileira, bem como propicia o reconhecimento de que a escola é um espaço de construção de conhecimentos que contribui para a formação humana, resultando na compreensão de visão dos beneficiários como sujeitos de direitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho, buscou pontuar o Programa Bolsa Família, de caráter conclusivo, destaca-se inicialmente o enfoque da questão intersetorial como um processo permeado na construção de ações complementares que contemplem os objetivos do programa, a estruturação da gestão das condicionalidades e participação das instituições escolares no processo, permitiu uma construção entre teorizações sob distintas visões, enfoco

observando-se os desafios, paradoxos, limites e possibilidades de um programa de transferência de renda, em nível local.

Mereceu destaque o alcance do PBF alguns frutos positivos, tais como aumento da frequência escolar e cumprimento da agenda de acompanhamento da saúde. Embora a dinâmica da transferência de renda tome proporções de enfrentamento de algumas mazelas vivenciadas pelas famílias que sobrevivem à margem, o mesmo por si só não é suficiente para a superação da pobreza e das desigualdades. É necessária a integração da transferência de renda a estratégias mais amplas, articulando desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, contemplando a pobreza em seu caráter multidimensional.

A análise do PBF no nível local implica em tomar como pressupostos a complexidade e dinamicidade inerentes à sua operacionalização. Destaca-se que os resultados da pesquisa que ora apresentamos expressam que, embora haja um esforço de consenso discursivo, há dissenso nas práticas, o que se atribui dificuldades em formular respostas, seja em razão notória do pouco domínio sobre o PBF, seja pela mínima interlocução entre os órgãos envolvidos. Se a gestão do PBF e das condicionalidades requer cooperação intergovernamental e articulação intersetorial, sua operacionalização se processa em meio a desafios, especialmente pelas imprecisões impressas nas ações ditas de enfrentamento da pobreza, pelo caráter fragmentado e limitado da intervenção no âmbito das políticas públicas relacionadas ao programa.

Os resultados da pesquisa permitiram observar que, embora as ações do PBF se norteiem por portarias interministeriais, o esforço de articulação intersetorial ocorre por iniciativas de simples cooperação entre as políticas locais.

A dificuldade apresentada no trabalho intersetorial revela que os desafios estão postos, apesar de observarmos avanços, o PBF indica a necessidade de novos parâmetros e diretrizes para a organização e a operacionalização do programa de maneira a superar ações isoladas ou em relações pessoais entre técnicos e gestores.

Por fim salientamos que os recortes apresentados nesse debate, apontando o papel da instituição escolar na perspectiva da intersetorialidade, possibilitando garantir uma direção social comprometida com a temática, à existência de um terreno fértil a ser fortalecido.

Mesmo com todas as limitações identificamos que a prática da intersetorialidade possibilita a interlocução entre as áreas, porém a gestão encontra-se pouco institucionalizada, assim surge à necessidade de construção e aprofundamento em futuras pesquisas, visto a relevância da temática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação e Exclusão de Cidadania, in Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? 6ª ed., São Paulo, Cortez Ed., 1996.

_____BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS** (Resolução n. 07, de 10 de setembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

_____BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____BRASIL. Lei nº 9.394 e 20 dez. 96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 29 de set. 2016.

_____BRASIL-Portaria Interministerial 3.789, de novembro de 2004.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, P. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In:

BRASIL - Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Suas**. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Integral a Família – PAIF**. 1. Ed. Brasília, 2012.

COUTO, Berenice Rojas... (ET AL.). **O Sistema Único de Assistência: Uma realidade em movimento**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 1. Ed. Campinas – SP: Papirus, 1994.

FALEIROS, Vicente Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

JANNUZZI, P.M. **Pobreza Multidimensional como conceito-ação para avaliação da estratégia brasileira de desenvolvimento social e combate à pobreza.** Brasília, 2015. (Estudo Técnico Sagi 05/10/2016).

JUNQUEIRA, L.A.P. & INOJOSA, R. M. Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária. São Paulo, FUNDAP, 2004.

MONNERAT, Giselle L. & SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Política social e intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos.** In: SER Social, v.12, n. 26, janeiro a junho de 2010. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília.

PEREIRA-PEREIRA. **Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social.** In: Serviço Social & Sociedade nº 77. Ano XXV, março de 2004.

REGO, Walquiria Leão, Pinzani, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania** – 2. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SPOSATI, de Oliveira Aldaíza (Org.). **Renda Mínima e Crise Mundial: Saída ou Agravamento.** São Paulo: Cortez, 1997.

YAZBEK C. Maria, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 110, p. 288-322, Ed. Cortez, abr.jun. 2012.

YAZBEK, M. Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**, 5ª Edição, Ed. Cortez, 2009.